

Dia do empreendedor e das micro e pequenas empresas



Rodrigo Rossoni

Presidente da Acif (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis)

✉ presidencia@acif.org.br

Elas movimentam a economia, geram empregos e estão presentes no dia a dia de todos os brasileiros. No mês em que se comemora o Dia Nacional das Micro e Pequenas Empresas e também do empreendedor, é importante relembrar que este setor é a base da economia brasileira, representando 98% das empresas do país e sendo responsável por 27% de tudo que é produzido. Dados do Sebrae/SC demonstram que em Santa Catarina, se considerarmos MEI, Micro e EPP, o número de pequenos negócios é de 939.712, quase um milhão. Em Florianópolis, o número é de 95 mil.

Cumprindo o papel de representar essas empresas diante do poder público, a Acif (Associação Empresarial de Florianópolis), destaca a importância das pessoas que fazem e movimentam a economia do Brasil, que são os trabalhadores da iniciativa privada juntamente com os empreendedores. Os dados demonstram que os pequenos empreendedores empurraram o país para frente em vários momentos, inclusive nos momentos recentes de maior oscilação econômica. Tais fatos evidenciam o quanto a força do pequeno negócio é

capaz de manter a economia em movimento.

Valorizar o trabalho e a atividade econômica dessas pessoas é fundamental, e fortalecer essas atividades para que possam prosperar é uma das metas da Acif, que tem um propósito claro de pulsar e prosperar Florianópolis, Santa Catarina e o Brasil, ofertando atividades que buscam ampliar a competitividade das empresas para torná-las mais ágeis, mais baratas, mais econômicas e mais preparadas para enfrentar os desafios que existem no mercado. Também é preciso buscar um ambiente de negócios menos burocrático e mais simples para se empreender.

Sendo essas algumas das metas que a Acif tem buscado, a entidade reforça a importância da escolha de um governo que priorize a liberdade econômica, permitindo que mais pessoas escolham o caminho da prosperidade através do empreendedorismo e de sua livre iniciativa. Prover suporte para facilitar essa expansão é concretizar expectativas de milhões de brasileiros que sonham em empreender e ter boas oportunidades para exercer seu ofício, sendo a espinha dorsal que movimentam a economia.

A valorização do trabalho do auditor fiscal em Santa Catarina



José Antônio Farenzena

Auditor fiscal e presidente do Sindifisco/SC (Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina)

✉ sindifisco@sindifisco.org.br

A economia de Santa Catarina é considerada uma das melhores do país e esse cenário próspero e de estabilidade reflete na atração de novas empresas, geração de empregos e qualidade de vida. Para permanecer no topo, há muito trabalho sendo realizado nos bastidores, como o dos auditores fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda. No 1º semestre deste ano, por exemplo, ultrapassamos a marca dos R\$ 21 bilhões arrecadados. É por meio destes recursos que garantimos os investimentos em saúde, educação, infraestrutura, segurança e demais serviços públicos prestados.

Talvez você não saiba ao certo como funciona o trabalho dos auditores fiscais, mas a verdade é que o nosso Estado tem hoje um quadro fiscal que é exemplo para o Brasil – contamos com um time de especialistas que são referência em fiscalização e monitoramento. E neste mês em que o Sindifisco/SC (Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina) completa 34 anos de atuação, nada mais merecido do que valorizarmos o papel fundamental dos auditores para a economia catarinense. Afinal, a atividade do Fisco vai além da arrecadação de impostos, do controle, da fiscalização e auditoria.

O trabalho do auditor fiscal reflete em receita e desenvolvimento para o Estado, contribui para a geração de empregos, promove o crescimento do agronegócio e do comércio nos portos, combate a concorrência desleal, sonegação e corrupção, fazendo com que Santa Catarina seja um ambiente seguro para se investir e prosperar. Somos destaque ainda pelos sistemas de vanguarda e projetos de tecnologia e fiscalização implementados pela SEF/SC, como a Nota Fiscal Eletrônica e o aplicativo Malhas Fiscais, ferramentas essenciais no combate à sonegação.

O Sindifisco/SC tem muito orgulho do trabalho desempenhado pelos auditores fiscais da receita estadual e, ao longo desses 34 anos, tem crescido e se fortalecido juntamente com a carreira. Seguimos firmes no compromisso de valorizar e buscar cada vez mais melhorias para otimizar o trabalho, com resultados tão importantes para o Estado. Nesse sentido, o Sindicato realiza treinamentos e capacitações contínuas para a carreira – neste ano já foram 8 cursos ministrados.

Os auditores fiscais estão ao lado dos catarinenses, somos parceiros e trabalhamos sério pela construção de uma Santa Catarina cada vez melhor.



A censura e a picanha

Censura nunca será um remédio, sempre será um veneno. Durante a votação em que os ministros, guardiões da Constituição, decidiram pela censura, a ministra Cármen Lúcia, embora tenha expressado ser contrária a qualquer tipo de censura, concordou com a decisão para que não haja comprometimento do processo eleitoral e dos direitos do eleitor.

Cerçar o direito à informação não significa garantir direitos, e sim proteger, de repente, quem se sintam afetado com as verdades, produto dessas informações. E no momento em que se vê uma forte tendência de atenção para uma das candidaturas fica difícil de assimilar, inclusive, há preocupação para que não ocorram comprometimentos com o processo eleitoral.

Foram desconsideradas todas as jurisprudências do STF, que encontram-se na esteira da Constituição, no sentido de impedir qualquer forma de censura. Ressuscitar a censura é abrir a porta para medidas totalitárias, que já está assustadoramente entreaberta. Além de revelar que não houve preparação e planejamento suficientes para conter o inevitável, que sempre foi a manipulação de informações em período eleitoral.

As medidas de um tempo para cá se localizam à margem da Constituição, impondo força e criando uma insegurança jurídica. Um dos exemplos é o inquérito infundável das fake news, afetando apenas um lado. Apelar para os extremos é abrir um precedente perigoso, principalmente, pelo fato que o candidato Luiz Inácio Lula da Silva não esconde seu desejo de impor um controle da mídia, interferindo diretamente no conteúdo. Ele já fez várias declarações a respeito.

E isso se consolida nas ações encaminhadas aos tribunais pelo jurídico de sua campanha, impondo proibições e exigindo mordada, principalmente, quando se sente emparedado por fatos. E o pior, atendido de pronto, mesmo não se tratando de mentiras e descontextualizações.

A verdade, vergonhosamente, já é o suficiente para impor proibições. No momento em que informações sustentadas pelos fatos sofrem punições, estamos diante de um alerta em defesa das liberdades fundamentais do cidadão. Muito além de picanha na mesa, mas do direito de você exigir que tenha acesso à picanha, sem ser barrado ou punido na sua liberdade de manifestação. Amanhã quem prometeu picanha e não cumpriu, como vem ocorrendo na Argentina, que usou o mesmo modelo de prometer picanha e cervejinha, que desapareceram da mesa do argentino, devido ao preço escorchanto, poderá inclusive impedir que você cobre a promessa não atendida, calando sua voz.

Estamos sim num período excepcional de campanha eleitoral, onde há a necessidade de certos controles evitando excessos, mas existem leis que garantem a integridade dos atingidos. Quando nos deparamos com extremos, e com punições a crimes que não existem, como o de opinião, estamos rompendo com uma das maiores conquistas que é o direito à liberdade de expressão, dentro dos limites da razão, dos fatos e da responsabilidade.

Censura não é, e nunca será, um remédio. É sim, um veneno, que ressurgiu numa jurisprudência indigna.